

VOZ QUE CALA, CORPO QUE FALA: UMA DISCUSSÃO SOBRE TRABALHO E SAÚDE DE PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS

Denise Chrysóstomo de Moura JUNCA*
Ana Paula Pessanha CORDEIRO**
Ellen Christel Gomes MORAES***
Josemara Henrique da Silva PESSANHA*
Mara Alcilene Crespo de OLIVEIRA**

- **RESUMO:** O artigo retrata as condições de trabalho e saúde de professores de escolas públicas de um município do Estado do Rio de Janeiro-Brasil. A pesquisa realizada durante os anos de 2006 e 2007 teve como proposta traçar um perfil dos docentes e das atividades que vivenciavam, analisando a relação existente entre a ocupação exercida e a saúde. Tais análises encontram sustentação no campo da saúde do trabalhador e a metodologia utilizada foi a quanti-qualitativa, recorrendo-se, sobretudo à entrevistas com utilização de formulários, atingindo-se, em torno de, 20% dos docentes da área selecionada. No decorrer da pesquisa foi possível reconhecer que há uma estreita relação entre o trabalho e a saúde dos professores, salientando-se, de um lado, vários limites referentes às condições deste trabalho e, de outro, as dificuldades para o devido atendimento no âmbito dos problemas identificados. O destaque encontrado apontou para os campos neurológico e psicossomático, cabendo considerar possíveis ações a serem implementadas para o enfrentamento de tal quadro, extrapolando o âmbito individual e atingindo o cenário das políticas públicas, entrelaçando saúde, educação e assistência social.
- **PALAVRAS CHAVE:** trabalho docente. saúde. escola pública.

* Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ, Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP, Professora Associada do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil – Coordenadora do GRIPES – Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde - E-mail: denisejunca@gmail.com

** Assistente Social, membro do GRIPES.

*** Assistente Social, membro do GRIPES.

• Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, membro do GRIPES.

** Assistente Social, membro do GRIPES.

INTRODUÇÃO

No cotidiano de uma pesquisa social, tudo começa com uma inquietação, um incômodo. Como nos lembra Alves (1996, p. 21), “a gente pensa porque as coisas não vão bem”. No cenário pesquisado – um instituto de previdência dos servidores de um município do Estado do Rio de Janeiro - não foi diferente. Tudo começou com a observação de que a Secretaria de Educação destacava-se dos demais órgãos do governo, pelo volume de licenças médicas. Tal observação, logo, pode ser confirmada, através da realização de um levantamento estatístico nos registros das licenças concedidas, considerando os últimos cinco anos.

Uma exigência estava clara: era preciso ampliar o conhecimento sobre o assunto e analisar as ações a serem adotadas, sendo relevante ouvir os professores. Concordávamos, assim, com Gatti (1996), que lembra que estes trabalhadores são ignorados pelas pesquisas e políticas no campo da educação. Sua profissão sofre transformações, mas o saber que têm acumulado, através dos tempos, não vem sendo, devidamente, escutado.

A autora alerta para o fato de que falar de professores significa, muitas vezes, falar de generalidades, como se fossem sujeitos abstratos e “pertencentes a um conglomerado homogêneo”. Para ela, contudo, o professor é uma

pessoa de um certo tempo e lugar. Datado e situado, fruto de relações vividas, de uma dada ambiência que o expõe ou não a saberes, que podem ou não ser importantes para sua ação profissional. E é assim que precisa ser compreendido. (GATTI, 1996, p. 86)

O Brasil já conta com mais de 2,6 milhões de professores, distribuídos no ensino básico e superior. Esta é uma afirmação do estudo “Estatísticas dos professores no Brasil”¹. Cerca de 80% dos docentes encontram-se em escolas públicas e 15% em

¹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estatísticas dos professores no Brasil. 2. ed. Brasília: Inep; 2004.

escolas rurais, é o que também focaliza o referido estudo, chamando a atenção para dados como: as baixas remunerações e a necessidade de uma política de melhoria salarial; o fato de ser a docência uma atividade majoritariamente feminina, implicando no enfoque da questão de gênero ao se trabalhar tal temática; as longas jornadas de trabalho, o grande número de alunos, bem como a necessidade de atuarem em mais de uma escola, podendo comprometer a qualidade do trabalho; a falta de uma estrutura adequada de instalações e equipamentos; a melhoria em termos de formação dos docentes, mas a precariedade ainda existente, principalmente, nas zonas rurais.

Além destas informações, identificamos algumas contradições que o trabalho docente vivencia sob a influência da conjuntura sócio-econômica, política e cultural, gerando agravos para a saúde dos professores. Se houve uma época em que se valorizava a “missão” do professor, mais recentemente, passou a vigorar um distanciamento entre o ideal da docência e as condições reais para seu exercício. Como consequência, pode instalar-se um espaço de tensão que provoca um nível de estresse elevado, comprometendo a eficiência da atividade que executa, além de gerar um aumento no número de licenças médicas.

Estudos realizados por Esteve (1999), na Espanha, identificaram que, no período de 7 anos, multiplicou-se por três o número de professores em licença. Mesmo considerando que, nesse período, houve um aumento no número de profissionais, o acréscimo em termos das licenças foi bastante expressivo, correspondendo a mais que o dobro.

No Brasil, a literatura sobre o tema tem focado o desgaste e o estresse dos professores, sem deixar de considerar problemas orgânicos específicos, como é o caso da disfonia, pesquisada por Fuess e Lorenz (2003). A Síndrome de Burnout tem sido abordada por pesquisadores como Garcia e Benevides-Pereira (2003) e Ferenhof (2002), enquanto autores como Gasparini, Barreto e Assunção (2005) afirmam que os transtornos psíquicos aparecem em primeiro lugar entre os motivos de afastamento.

Codo (2000) salienta a exaustão emocional e sua estreita relação com a desvalorização profissional, a baixa auto-estima e a ausência de resultados percebidos no trabalho. Já Silvano

(2000), pesquisando profissionais da rede particular de ensino, identificou como queixas mais freqüentes as dores nas costas e pernas, além do cansaço mental e nervosismo e, em menor escala, os calos nas cordas vocais.

Focalizando a área docente, mas também o campo das merendeiras e serventes e o das operárias da indústria química, Jussara Brito² defende a premência de um olhar que ultrapasse as visões tecnicistas relativas aos ambientes de trabalho e incorpore as dimensões associadas à questão de gênero. Além disso, para a autora, o trabalho nunca é neutro e pode propiciar tanto a doença quanto a saúde, entendendo esta última na perspectiva adotada por Canguilhem (1995), como a capacidade das pessoas enfrentarem as infidelidades/instabilidades da vida. Para a autora, ao largo da dicotomia saúde-doença, trata-se de enfatizar um conceito de saúde “que contemple sua dimensão individual e coletiva, como campo de negociações cotidianas e permanentes nessa tarefa nunca terminada de (re)inventar a vida.” (BRITO, 2000a, p. 3)

Os autores consultados revelaram-nos, sobretudo, a necessidade permanente de realização de estudos que contribuam para o aprofundamento da análise de tal temática, garantindo, a possibilidade de escuta da versão dos sujeitos sobre a experiência que vivenciam. Esta foi a perspectiva adotada na pesquisa que teve como foco central a seguinte indagação: que relação pode ser construída entre o cotidiano do trabalho docente e a saúde do professor municipal no cenário investigado?

MÉTODOS

A fase exploratória da pesquisa envolveu o levantamento de informações sobre o número e principais características das escolas locais, bem como o total de docentes em atividade e

² BRITO, J. C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. Rio de Janeiro, 2000a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100020&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 27 ago. 2004.

daqueles que se encontravam em licença médica no período de setembro/outubro de 2005. A escolha de tal período decorreu de sugestões dos profissionais atuantes no Instituto de Previdência, considerando sua possível expressividade no contexto anual, fugindo de características específicas, que envolviam o início e término dos semestres letivos, ou feriados prolongados e/ou recessos do calendário escolar.

Chegamos, assim, a um total de 473 docentes em licença médica e quanto ao número de professores e escolas municipais obtivemos, respectivamente, as seguintes indicações: 2.045 docentes³ e 208 unidades de ensino⁴.

A opção foi, então, abordar uma amostra dos professores através da realização de entrevistas com uso de formulários, contendo tanto perguntas abertas, quanto fechadas. Esta escolha envolveu considerar, distintamente, os afastados por problemas de saúde e os que se encontravam em atividade regular. Em relação aos primeiros, as entrevistas se realizaram no próprio Instituto de Previdência, no momento em que passavam por perícia ou junta médica. Já com os segundos, os contatos ocorreram nas próprias escolas onde trabalhavam, a partir de uma amostra que considerou as características destas unidades, em relação à localização, níveis de ensino trabalhados e número de professores e alunos. Em ambos os casos não houve uma seleção prévia dos sujeitos, mas sim, um convite para sua participação, observando os princípios éticos de pesquisas que envolvem seres humanos. De acordo com o consentimento obtido foi possível abordar um total 227 docentes, sendo 89 afastados por motivo de licença médica e 138 que se encontravam em exercício profissional.

É válido destacar que, com os professores em exercício, o recorte da pesquisa se dirigiu às unidades localizadas no 1º Distrito, devidamente, selecionadas através dos critérios, anteriormente, mencionados. Além disso, a previsão inicial era alcançar em torno de 20% do total dos professores. Este

³ Ver CIDE 2001

⁴ A relação de escolas foi fornecida pela Secretaria Municipal de Educação/Coordenação Setorial de Estatística, incluindo as creches e as unidades de ensino fundamental, ensino médio, e educação de jovens e adultos.

percentual foi, contudo, alterado em decorrência da própria dinâmica do trabalho de campo. Entre os licenciados atingimos 18,8%; enquanto o percentual relativo ao 1º Distrito foi 40,3%⁵ nas creches e 20,1% nas escolas.

Os passos que se seguiram à coleta de dados observaram a proposta elaborada por Minayo (1998, p. 236) permitindo-nos caminhar de sua ordenação e classificação, até a análise final, num “movimento incessante que se eleva do empírico para o teórico e vice-versa, que dança entre o concreto e o abstrato, entre o particular e o geral”.

Desconhecemos a existência de alguma outra pesquisa deste porte na região e por isso, podemos supor que, de forma sistemática, apenas seus corpos falavam, até então, através das doenças e sintomas registrados. Agora, porém, sua voz foi estimulada a se manifestar. Acolhendo a pesquisa e participando ativamente de sua dinâmica, os professores se posicionaram de modo claro e objetivo, não deixando dúvidas em relação ao muito que se há de fazer na direção da melhoria de suas condições de trabalho e saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A saúde pede licença: uma versão dos professores afastados

Quem são os professores pesquisados? Esta foi nossa indagação inicial e a resposta obtida, entre os docentes em licenças médicas, confirmou um dado já conhecido: a educação ainda é um campo onde predomina a presença de mulheres. Apenas 2% dos entrevistados eram homens, enquanto que 98% eram mulheres.

Em relação à idade, houve a predominância de 63% na faixa de 30 a 49 anos. Já o nível de escolaridade apontava o seguinte perfil: 16,9% dispunham apenas do ensino médio, mas entre os demais, 34,8% estavam cursando o ensino superior,

⁵ Este percentual decorreu da excelente receptividade da pesquisa nas creches, onde um número superior aos 20% esperados revelava seu desejo de responder ao formulário.

20,2% o concluíram, 24,7% dispunham de pós-graduação e 3,4% estavam com tal processo de qualificação em andamento.

No que se refere à vida familiar, apenas 9% residiam sozinhos. Todos os demais moravam com suas famílias compostas, em sua maioria (68,5%), por maridos/esposas ou companheiros (as), além de filhos menores de 18 anos, em 57% dos casos.

O trabalho docente realizado pelos pesquisados era aprovado, integralmente, por 53,3% de seus familiares, e parcialmente por 25,6% deles, configurando, provavelmente, uma associação aos rendimentos obtidos e o papel que ele representava no orçamento familiar, já que apenas 12,4% destinavam seus salários, exclusivamente, a gastos pessoais.

A renda individual dos entrevistados encontrava-se nas faixas que se classificavam entre 2 e 3 salários mínimos (36%) e entre 3 e 4 salários mínimos (32,6%). Houve, contudo, os que afirmaram receber entre 4 e 5 salários mínimos (16,8%) e, por último, 14,6% que informaram alcançar rendimentos superiores a 5 salários mínimos.

Quando se tratava de renda familiar, estas faixas sofriam algumas alterações. Apenas 6% permaneciam entre 2 e 3 salários mínimos, ao passo que uma expressiva maioria (45%) dispunha de mais de 5 salários mínimos. Nesses casos, a média alcançava em torno de 10 salários mínimos. Havia também 18% com rendimentos entre 3 e 4 salários mínimos, 28% entre 4 e 5 e 3% não forneceram esta informação.

A existência de problemas de saúde em alguém da família era uma realidade para 37% dos pesquisados, assim como 9% referiram-se à presença de pessoas portadoras de alguma deficiência física e/ou mental em suas casas.

No âmbito pessoal, bebidas alcoólicas e fumo foram negados por quase 90% dos docentes, enquanto que o uso de "remédios controlados" foi admitido por 61% deles.

A rotina diária, provavelmente, provocava algum tipo de insatisfação entre os entrevistados, já que 66,3% gostariam de mudar alguma coisa em suas vidas. Estas mudanças englobavam, principalmente, as seguintes questões: condições de vida, trabalho e saúde. Apareceram queixas relacionadas, por exemplo, aos baixos valores dos salários, ao peso dos

aluguéis no orçamento familiar, ao desgaste acumulado através da “correria diária”, em função das atividades exercidas em casa e no trabalho, agravando-se, ainda mais, com o tempo que precisavam reservar para os cursos realizados. Em contrapartida, havia a falta de tempo para se dedicarem, principalmente, aos filhos, e a vontade de mudarem de profissão, ou pelo menos, de local de trabalho. Com destaque estavam, também, os aspectos relacionados à saúde, tanto no âmbito pessoal quanto familiar. Seu desejo era: “Não ter mais dores, pra viver mais tranqüila”; “ter mais equilíbrio emocional”; “ter mais tempo para cuidar da minha saúde, de meus filhos [...] curtir a família [...], viajar, passear [...] concluir o curso de mestrado”.

Antes mesmo de entrarmos nas questões específicas sobre trabalho e saúde, estas temáticas já apareciam nas falas dos pesquisados, sinalizando um possível desgaste físico e emocional que o trabalho provocava, em decorrência, sobretudo, das condições em que era exercido e das exigências que impunha, acarretando desdobramentos no contexto familiar e social.

Muitos entrevistados (46%) já exerciam o magistério há mais de 15 anos e uma grande maioria deles (82%) considerava que sua formação profissional fora adequada. Entretanto, os conteúdos trabalhados em tal formação seriam suficientes para o perfil que se desenhava em torno das escolas nos dias atuais? E o que dizer em relação aos alunos?

“Crianças carentes” – esta foi a expressão mais utilizada pelos professores ao serem indagados sobre o perfil de seus alunos. Uma carência que associava aspectos econômicos, sociais, culturais, familiares, emocionais...

“Super carentes. São alunos que convivem com ambiente pesado de drogas, maus tratos, violência... São raras as exceções” – assim declarou um docente, enquanto outros destacavam: “são alunos carentes de tudo, principalmente de afetividade”; “ao mesmo tempo em que necessitam de afeto, são muito agressivos, seja nas palavras, seja no comportamento.”

Entretanto, houve também relatos que destacaram: “são ativos, participativos, assíduos, enfim, são ótimos.” Opiniões

tão divergentes poderiam estar articuladas a diferentes fatores, mas o grande diferencial parecia decorrer da localização das escolas: as características das comunidades e/ou bairros tinham influência direta na constituição do perfil dos alunos. Isto significa dizer que, as áreas consideradas, como foco de tráfico de drogas, estavam, supostamente, produzindo alguns jovens violentos, agressivos e extremamente carentes, não só no âmbito sócio-econômico, mas também emocional.

Esta era uma realidade que, certamente, trazia implicações para o cotidiano docente. Ao seu lado estavam, também, outros dados: 35% dos professores trabalhavam em mais de uma escola; 39,4% ministravam aulas em mais de uma turma; 68,9% dedicavam mais de 6h/dia ao trabalho docente (incluindo as atividades extra-classe); 94,4% não exerciam outra atividade remunerada além do magistério.

Um número expressivo (64%) admitia vivenciar muitas dificuldades no campo profissional. “Carência de tudo”, foi a expressão repetida por alguns, aí englobando tanto recursos materiais quanto a própria realidade dos alunos.

Alguns queixaram-se das condições de acesso às escolas, dos problemas que enfrentavam com o transporte e mesmo com a falta de segurança; outros, referiam-se à administrações omissas e, por vezes, voltaram a mencionar também o comprometimento de sua saúde: “a dificuldade com a voz [...] Esse ano eu fiquei cinco dias muda.”

Na verdade, as questões mais enfatizadas relacionavam-se à inadequação das instalações onde atuavam e à falta de recursos, principalmente, quanto a materiais pedagógicos, configurando um cenário de condições insatisfatórias de trabalho. Como consequência, alguns mostravam-se desmotivados, declarando: “finjo que não estou percebendo, vou tocando o barco. ”

Havia os que achavam que a única tentativa era “rezar por dias melhores”.Entretanto, a grande maioria (73%) informava que continuava tentando investir na qualidade de seu trabalho, recorrendo a algumas estratégias para resolver ou, pelo menos, minimizar, as dificuldades, seja juntando “sucata”, pedindo contribuições aos amigos e ao comércio local, seja comprando o que precisavam com seus próprios recursos. Com isso, ao serem

indagados sobre o que significava ser professor nos dias atuais, deixavam claro que a idealização da profissão misturava-se à sentimentos de frustração.

Ao perguntarmos, especificamente, o significado que atribuíam à saúde, suas respostas destacaram a noção de “bem-estar geral”, ao lado da possibilidade de terem “uma vida normal” e, principalmente, “nada que impeça de trabalhar.” Em seus depoimentos, a condição física associava-se à mental e emocional, ressaltando a necessidade de manutenção de um equilíbrio entre ambos.

Provavelmente, tomando por referência as concepções apresentadas, apenas 34,9% classificavam sua saúde como boa, enquanto que 58,4% a consideravam regular ou ruim e 6,7% não forneceram tal informação. É importante lembrar que o grupo analisado encontrava-se em período de licença médica, o que poderia justificar os índices obtidos. Entretanto, cabe destacar que o reconhecimento de que o exercício do magistério poderia comprometer a saúde de seus profissionais foi admitido por 76,4% dos entrevistados, que assim se posicionaram:

A gente acaba se esgotando muito de forma física e mental.
Tem a alergia a giz e os problemas nas cordas vocais.
É desgastante demais buscar soluções para problemas que não são da competência do professor resolver.

Indagados sobre os problemas que apresentavam no momento da pesquisa e/ou nos últimos seis meses, colocaram em evidência: azia e má digestão, hipertensão, dores e inchaço nas pernas, dores nas costas, pescoço, braços e ombros, rouquidão, perda de voz, rinites e corizas, alergias, irritação nos olhos, tensão pré-menstrual, viroses. O destaque, contudo, encontrava-se no campo neurológico e psicossomático, com a identificação de um quadro onde apareciam: dor de cabeça e enxaqueca, depressão; stress, nervosismo, irritabilidade e alteração no humor, insônia, desânimo e falta de motivação para o trabalho, cansaço mental, esquecimento e dificuldade de concentração.

Eram problemas que estavam presentes no dia-a-dia, mas tornavam-se mais acentuados em certos períodos do ano, de acordo com a opinião de 59,6% dos pesquisados. Para alguns, o problema agravava-se no início e término dos períodos letivos; para outros, a finalização de cada bimestre ou semestre era a pior época. Muitos, porém, destacaram o segundo semestre de cada ano, além de se referirem aos meses em que realizavam as avaliações do processo de ensino aprendizagem.

O que tais dados indicavam era que os momentos de preparação e correção de provas e de atividades diversas de avaliação expressavam um aumento da sobrecarga do trabalho docente e, conseqüentemente, contribuía para o aparecimento e/ou agravamento de seus problemas de saúde. Esta sobrecarga era ainda maior para aqueles que se encontravam em algum processo de qualificação profissional, já que acumulavam atividades de avaliação como professores e como alunos.

Procurando reagir aos problemas enfrentados ou tentando prevenir seu agravamento, 78% dos docentes tomavam diferentes iniciativas: recorriam a atividades físicas, faziam fisioterapia ou aulas de ioga, usavam medicamentos naturais, ou mesmo procuravam “paz e segurança estudando a palavra de Deus”.

Quando a questão era o acesso a tratamentos médicos, 58,4% revelaram não encontrar dificuldades, mas muitos se referiram a problemas como: falta de tempo e de condições financeiras.

A relação entre trabalho no magistério e estresse foi outro ponto abordado, havendo uma grande sintonia entre ambos, na opinião de 93,3% dos entrevistados. A fonte desse estresse foi atribuída, principalmente, às condições de trabalho, incluindo questões como: a sobrecarga de atividades, a falta de recursos didáticos e de valorização profissional, além dos salários insuficientes e a necessidade de lecionarem em mais de uma escola.

Admitindo a associação entre trabalho e doença, 78% dos professores reconheceram também que já tiveram que recorrer à licenças médicas anteriores, afastando-se de suas atividades profissionais por problemas de saúde. Novamente, entraram em

cena causas como depressão, estresse, problemas respiratórios e nas cordas vocais, questões osteo-articulares, gastrites, alergias, enxaquecas. Além destes, foram identificados casos de infarto, tendinites, problemas cardio-vasculares, síndrome do pânico, câncer, fibromialgia, diabetes, labirintites, dentre outros.

ENQUANTO A DOENÇA NÃO CHEGA: A VOZ DOS PROFESSORES EM EXERCÍCIO

Muitas foram as semelhanças encontradas entre os dados obtidos junto aos professores afastados e aqueles que se encontravam em pleno exercício da profissão, a começar pela predominância do sexo feminino (94,2%). Na idade prevaleceu a faixa compreendida entre 30 e 49 anos e o nível de escolaridade apresentou variações, seguindo a mesma tendência já referida. Poucos foram os que dispunham apenas do ensino médio (15,9%), 26,1% já tinham concluído o ensino superior e 19,6% o estavam cursando. O ponto de destaque encontrava-se no âmbito da pós-graduação, já que 31,2% já tinham completado os cursos que escolheram e 7,2% os estavam frequentando.

Quanto ao estado civil, 63,1% eram casados e/ou conviviam com companheiros. As famílias pareciam constituir-se numa referência importante, já que 92,8% residiam com as mesmas. Eram famílias onde algumas características destacavam-se:

- 50% tinham membros menores de 18 anos;
- 74,6% não contavam com pessoas doentes;
- apenas 5,8% conviviam com parentes com alguma deficiência física ou mental;

O fumo não fazia parte do cotidiano de 89,8% dos entrevistados, assim como o uso de bebida alcoólica foi negado por 81,9% deles. Entretanto, 37,7% admitiram ter que recorrer a “remédios controlados”.

Quanto ao desejo de realizarem alguma mudança em suas vidas, 63,8% manifestaram-se de modo favorável, priorizando

aspectos relacionados ao trabalho, à família e à saúde. A falta de tempo foi um ponto de destaque, diretamente, relacionado à ocupação profissional. A família, por sua vez, indiretamente envolvida na situação, não parecia se manifestar de modo desfavorável. Isto porque, ao serem perguntados sobre a opinião das famílias sobre seu trabalho como professores, apenas 1,4% dos entrevistados informou que elas não o aprovavam.

Também aqui, vale considerar a importância da renda mensal individual dos docentes no sustento das famílias. Com rendimentos superiores, em geral, a 3 salários mínimos (84,8%), 51,5% dos professores dividiam a responsabilidade de tal sustento com seus cônjuges/companheiros.

O tempo de trabalho no magistério foi um dado que apresentou variações entre os professores das creches e escolas. Entre os primeiros o que prevaleceu (48%) foi o período de até 5 anos, enquanto que entre os segundos, 55,4% já atuavam como docentes há mais de 15 anos.

O ingresso no magistério municipal ocorreu pela via do concurso público para 81,9% dos entrevistados e 64,5% deles atuavam em apenas uma instituição de ensino, enquanto que 28,2% dividiam-se entre duas instituições, 5,1% entre 3 e 2,2% não forneceram tal informação. A maioria dos docentes (85,5%) obtinha seus rendimentos através do trabalho nas escolas. Entretanto, 14,5% informaram que exerciam atividades paralelas, seja ministrando aulas particulares, seja atuando como assistentes sociais, advogados, fisioterapeutas ou no campo de vendas.

A carga horária diária que dedicavam ao trabalho docente era significativa. Apenas 3,6% restringiam-se a um período de até 4h; os demais, referiram-se a variações entre 5 e 10 horas, havendo ainda 16,6% que informaram dedicar mais de 10h de seu dia.

Em relação ao número de turmas encontramos variações entre os professores das creches e das escolas, provavelmente, compatíveis com as funções que exerciam. Nas creches, 70% dos educadores informaram atuar em apenas uma turma e nas escolas, apenas 20,7% se encontravam em situação semelhante.

Indagados sobre seu processo de formação profissional, 74,7% dos entrevistados manifestaram-se de modo favorável,

considerando que foram devidamente preparados para o ingresso no mercado de trabalho. Alguns professores fizeram, porém, uma ressalva: sua base foi significativa, mas as exigências atuais eram bem maiores, já que tinham que exercer muitas funções e se deparavam com uma realidade complexa e em permanente mudança.

Sobre este ponto, a maioria enfatizou o perfil dos atuais alunos e os múltiplos papéis que eram cobrados dos professores. Confirmando a opinião dos docentes afastados, aqui também apareceu a questão do “aluno carente” e isto era motivo de angústia entre a maioria dos entrevistados. As expectativas depositadas em torno das escolas superavam suas reais possibilidades e lhes deixavam com um grande sentimento de impotência. Tratava-se de um problema que não podia ser visto como expressão de falta de interesse, competência ou dedicação dos docentes. A questão era que a realidade diagnosticada implicava na ação de diferentes profissionais e em diferentes espaços, que não apenas no ambiente da educação formal. Este, por sua vez, nem sempre conseguia dispor dos recursos necessários para subsidiar suas funções prioritárias.

Além disso, suas possíveis ações podiam, ainda, ser limitadas em decorrência das regras que vigoravam nas comunidades onde trabalhavam. Não foram raros os depoimentos que expressavam a difícil relação escola-comunidade, na qual “os alunos são protegidos por uma lei onde fazem o que querem, deixando o profissional de ensino estressado, pois quando age é punido, quando não age é taxado como desqualificado”.

Solicitados a identificarem a presença de dificuldades em seu cotidiano profissional, 71,7% dos professores responderam de forma afirmativa. Nesse momento os problemas associados ao perfil dos alunos não ganharam tanto destaque, apesar de voltarem a surgir as limitações existentes na relação escola-comunidade. A prioridade, agora, encontrava-se em aspectos classificados como “condições de trabalho”, considerando a falta de material didático, espaço físico e até mesmo giz: “criança carente encontra também uma escola carente”.

Juntando-se a tais condições, estavam alguns problemas relacionados à direção das unidades e a relação com o poder

público, que foi alvo de algumas críticas, considerando que: “O município é rico. Deveria investir mais na educação [...] A dificuldade é a mudança de metodologia. Muda de acordo com a política partidária”.

Alguns revelavam a desvalorização que os professores sofriam, chegando a afirmar a decepção que sentiam: “é como nadar, nadar e morrer na praia.” Outros, salientavam que para exercerem a docência precisavam “ser mágicos”, ou ainda “ter muita paciência e perseverança para trabalhar tanto e ganhar tão pouco”. Muitos, porém, mesmo diante de tantos problemas e dificuldades, continuavam a valorizar sua profissão, admitindo sua vocação e a satisfação que sentiram ao realizar o sonho de ingressar no magistério. Para eles, ser professor era “ser guerreiro, ser vitorioso. A gente não tem as condições básicas para exercer a profissão e tem que amar de verdade. Está no sangue, senão a coisa não funciona.”

Os múltiplos papéis voltavam a ser lembrados: “foi transferida para a gente não só a parte pedagógica, mas também a parte de mãe, psicóloga ... Então é muito difícil. A gente não está preparada, às vezes não sabemos como agir. É diferente de tudo que aprendemos.”

Defendendo a importância de sua profissão, os entrevistados revelaram, também, as estratégias às quais recorriam para tentar superar as dificuldades listadas, implicando não só no uso de recursos próprios para suprir a tão falada falta de materiais pedagógicos, como também em iniciativas variadas para vencerem os problemas cotidianos: “tem que ter Plano A, B, C, para superar as dificuldades encontradas”.

Em relação a sua saúde os professores também se manifestaram. “Bem-estar físico, mental e emocional” – esta foi a forma como a maioria apresentou sua concepção. Para o alcance de tal estado referiram-se a um padrão de qualidade de vida que reunisse alguns aspectos: boa alimentação, higiene pessoal, tempo para dormir, prática de atividades físicas, oportunidades de lazer, condições adequadas para o exercício da profissão...

Alguns limitaram-se a associar a saúde à ausência de dor ou mesmo ao fato de não precisarem recorrer a nenhum medicamento. Para uma grande maioria, contudo, a saúde era

sinônimo de disposição para viver e, principalmente, executar as diversas atividades cotidianas, onde o destaque encontrava-se no trabalho:

Ao qualificarem sua saúde, apenas 13,8% a consideraram ótima; os demais entrevistados assim se posicionaram: 55,8% boa, 25,4% regular e 5% ruim. Diante de tal classificação, 84,8% admitiram que o exercício do magistério podia acarretar riscos. Problemas nas cordas vocais, tendinites, varizes e dores na coluna, pernas e braços foram as situações mais destacadas. Alguns lembravam ainda das alergias e problemas respiratórios (associados, principalmente, ao giz utilizado), citando também problemas cardíacos, dores de cabeça e enxaquecas, hipertensão, viroses e escabioses, estas duas últimas bastante presentes entre os alunos.

A palavra mais pronunciada foi, porém, “estresse”, seguida de expressões como: depressão, cansaço ou esgotamento físico e mental, ansiedade, tensão, nervosismo, fadiga, síndrome do pânico...

No formulário da pesquisa também foi perguntado aos professores se estavam com algum problema de saúde no momento da investigação e/ou se o tinham apresentado nos últimos seis meses. Se lembrarmos que 55,8% dos docentes já tinham qualificado sua saúde como boa e 13,8% como ótima e, considerando que estávamos entrevistando pessoas em plena atividade profissional, a expectativa era a de obtermos um percentual bem pequeno para uma resposta positiva a tal questão. O que ocorreu, porém, foi o inverso, provocando depoimentos que revelavam a surpresa, também, entre alguns entrevistados: “nossa, eu disse que minha saúde era boa e estou sentindo tudo isso!”.

Convidados a assinalarem as opções contidas no formulário, apenas 6,5% negaram a existência de algum sintoma e/ou doença. Os demais listaram problemas neurológicos e psicossomáticos em primeiro lugar reunindo, sobretudo: dores de cabeça, enxaquecas, cansaço mental, esgotamento emocional, alterações no humor, nervosismo e irritabilidade, depressão, esquecimento, desânimo e falta de motivação para o trabalho, insônia, sentimento de frustração no trabalho.

Nos demais campos obtivemos as seguintes especificações:

- Problemas osteo-musculares: dores na coluna, braços, pernas, pescoço e ombros, tendinite, bursite;
- Problemas alérgicos: rinites, tosse, entupimento nasal, dermatites, irritação nos olhos, sinusite;
- Problemas genito-urinários: cólicas menstruais, tensões pré-menstruais, metrorragia, cistites;
- Problemas gastro-intestinais: azia, má digestão, diarreia, prisão de ventre, dor no estômago;
- Problemas cardio-vasculares: varizes, inchaço nas pernas, palpitação, hipertensão, falta de ar;
- Problemas otorrinolaringológicos: dor de garganta, rouquidão, perda temporária da voz, labirintite.

A exemplo do que ocorreu com os professores afastados do trabalho por licença médica, também aqui identificamos, entre 59,4% dos entrevistados, o parecer de que os problemas de saúde acentuavam-se em alguns períodos do ano.

Em função de situações vividas, 50% dos entrevistados já precisaram afastar-se do trabalho. Para tentar evitar e/ou controlar tantos problemas, 76,8% dos docentes revelaram recorrer a consultas médicas e exames. Para eles era, também, importante manter uma alimentação saudável, praticar atividades físicas e ioga, ou mesmo fazer terapia. Os exercícios para impositação de voz não podiam ser esquecidos, bem como a ida ao fisioterapeuta.

Para realizarem os tratamentos médicos, 68,1% dos entrevistados relataram não encontrar dificuldades. Vários, contudo, responderam de modo afirmativo a tal questão, destacando aspectos relacionados ao acesso às consultas e medicamentos, ou ainda, à falta de tempo para se tratarem.

Quer seja entre os professores em licença para tratamento de algum problema de saúde, quer se considere aqueles que se encontravam em atividade, um claro perfil se delineava: trabalho e saúde apresentavam uma estreita relação, principalmente, em decorrência das condições em que o

primeiro era exercido; e variadas eram as medidas possíveis de serem adotadas.

Solicitados a fornecerem sugestões em relação a tais medidas, sintetizaram suas colocações nos seguintes aspectos: valorização do professor, agilização de melhorias em suas condições de trabalho, organização de ações junto às famílias e comunidade, e implementação de uma assistência efetiva direcionada à saúde dos docentes.

DISCUSSÕES FINAIS

Ao construirmos a pesquisa, ora analisada, elegemos uma pergunta central a ser respondida: Que relação pode ser construída entre o cotidiano do trabalho docente e a saúde do professor da rede municipal pesquisada?

Para respondermos a tais indagações, ouvimos os depoimentos dos professores e pudemos, por alguns momentos, acompanhar de perto a realidade que viviam, contribuindo para que soltassem “um grito que tava preso na garganta”, como salientou uma entrevistada.

Na verdade, encontramos um grupo que, em sua maioria, manifestava, sobretudo, o desejo de “ser professor”, reconhecendo que:

O professor hoje tem responsabilidades muito sérias para cumprir. Nós professores precisamos acreditar na educação como a grande possibilidade de transformação. Precisamos perceber as diversas potencialidades presentes em uma turma e desenvolvê-las.

Tal concepção, provavelmente, contribuiu para que vissem a pesquisa como um canal para identificação e discussão dos problemas que enfrentavam, bem como para um possível encaminhamento de sugestões. Muitos foram, assim, os problemas relatados e ficou claro o desgaste físico e emocional a que têm sido submetidos os professores, bem como as iniciativas adotadas superá-los.

Quem são os nossos professores? Esta foi uma indagação, inicialmente, formulada e os depoimentos colhidos e as observações realizadas nos permitem afirmar que eles são, predominantemente, pessoas que buscam aprimorar sua qualificação, fazem cursos e trocam experiências com seus colegas, criam estratégias didáticas para suprirem a falta de material especializado para trabalharem, recorrem a sucatas, atuam dentro e fora das escolas, exercitando sua criatividade e seu empenho para melhor exercerem as funções docentes.

Sem dúvida, a pesquisa evidenciou que a presença de condições, nem sempre favoráveis ao processo de ensino aprendizagem, não imobiliza os professores. Entretanto, tais condições são múltiplas e complexas, exigindo mais que iniciativas isoladas, que só conseguem atender parcial e momentaneamente às suas dificuldades.

O que se destaca é a necessidade de uma política educacional que invista na valorização do professor, revendo os planos de cargos e salários e as condições concretas de trabalho, considerando, também, as especificidades regionais.

E o que dizer em relação ao "aluno carente"? Este também foi um aspecto bastante enfatizado, chamando a atenção para os sérios problemas enfrentados por nossas crianças e adolescentes, face ao perfil de suas famílias e às características de algumas comunidades onde estão inseridas. São problemas que apontam para a necessidade de um trabalho social sistemático e extra-muros, envolvendo uma equipe multidisciplinar.

No que se refere, particularmente, à saúde dos professores (licenciados e em atividade), o cenário encontrado apresentou extrema sintonia com a realidade identificada em outras tantas pesquisas já realizadas no país, como salientamos no início do presente relatório. São problemas com as cordas vocais, dores no corpo, varizes e inchaço nas pernas, viroses, alergias... O maior índice, contudo, foi evidenciado no campo neurológico e psicossomático, através das dores de cabeça e das enxaquecas, das depressões e síndromes do pânico, do cansaço mental e esgotamento emocional, das alterações no humor, do nervosismo e irritabilidade, da insônia, do esquecimento, do desânimo, da falta de motivação e sentimento de frustração no

trabalho. Se não podemos afirmar que o magistério é o único fator responsável por tal quadro, sem dúvida não podemos negar sua influência no perfil de saúde/doença identificado, bem como a necessidade da adoção de medidas para seu enfrentamento. Também neste ponto, os professores apontaram suas sugestões, envolvendo ações curativas e preventivas.

Se algumas iniciativas já foram tomadas, como admitiram alguns, é preciso assegurar além das condições de acesso a assistência prestada, a qualidade da mesma, avaliando inclusive que profissionais precisam ser envolvidos para tanto, ou seja: médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, assistentes sociais, psicólogos...

Na verdade, a pesquisa sobre o trabalho e a saúde dos docentes remeteu-nos a um conjunto de questões que se inter-relacionam. Se é preciso discutir e agilizar providências no campo do trabalho, o mesmo ocorre na área da saúde. Além disso, não é possível ignorar o perfil identificado dos alunos, bem como as dificuldades enfrentadas por suas famílias e comunidades. Como consequência, não cabe listar ações isoladas a serem empreendidas no âmbito do instituto de previdência. Cabe, sim, a adoção de medidas que articulem, por exemplo, as Secretarias de Educação, Saúde e Promoção Social, tendo como eixo a valorização do docente e a preocupação com a qualidade da atenção prestada às crianças e adolescentes do município.

JUNCA, D. C. M.; et al. A voice that silences, a body that speaks: a discussion about work and health of municipal schools teachers. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 19, n. 1, p. 69-90, 2010

- *ABSTRACT: The article portrays the work and health conditions of public schools teachers of a municipal district of the State of Rio de Janeiro - Brazil. The research accomplished during the years of 2006 and 2007 had as proposal to draw a profile of the teachers and their activities, analyzing the existent relationship between their occupation and their health. Such analyses is supported by the field of the worker's health and the methodology used was the quanti-qualitative one, interviewing through forms, around, 20% of the teachers of the selected area. During the research it was possible to recognize that there is a narrow relationship between the work and the teachers' health, emphasizing, either, several limits regarding the conditions of this work and, also, the difficulties for being attended in identified problems.*

Neurological and psychosomatic problems were found, considering possible actions to be implemented for facing such a picture, extrapolating the individual extent and reaching the scenery of the public politics, interlacing health, education and social attendance.

- **KEYWORDS:** *educational work, health, public school.*

REFERÊNCIAS

ALVES, R. *Filosofia da Ciência*. São Paulo: Ars Poética; 1996.

BRITO, J. C. *Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho*. Rio de Janeiro, 2000a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000100020&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 27 ago. 2004.

BRITO, J. C. *Saúde, trabalho e modos sexuais de viver*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BRITO, J. C. et. al. *Trabalho na escola, subjetividade e saúde*. In: Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 6. 2000b, Salvador: Abrasco.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CODO, W., VASQUES-MENEZES, I. Trabalho docente e sofrimento: burnout em professores. In: AZEVEDO, J.C. et. al. (orgs.) *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de educação. 2000; pt. 5, p. 369-382.

ESTEVE, J. M. *O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Bauru: Edusc, 1999.

FERENHOF, I. A., FERENHOF, E. A. *Burnout em professores*. *Eccos*. 2002; 1: 131-51.

FUESS, V. L. R., LORENZ, M. C. *Disfonia em professores do ensino municipal: prevalência e fatores de risco*. Rev Bras Otorrino. 2003; 6: 807-12.

GARCIA, L. P, BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. *Investigando o burnout em professores e universitários*. 2003; 1: 76-89.

GASPARINI, S. M., BARRETO, S. M., ASSUNÇÃO, A. A. *O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde*. Educação e Pesquisa. 2005; 2: 189-99.

GATTI, B. A. *Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade*. Cad Pesq 1996; 98: 85-90.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Estatísticas dos professores no Brasil*. 2. ed. Brasília: Inep; 2004.

SILVANY, A. M., ARAÚJO, T., DUTRA, F., AZI, G., ALVES, R., KAVALKIEVICZ, C., et al. *Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia*. Rev Baiana S P 2000; 24:42-6.

Artigo recebido em 01/2010. Aprovado em 03/2010.